

Nacionalidade — portuguesa;
Data de nascimento — 18 de Janeiro de 1964;
Sexo — feminino.

Formação académica e profissional:

Licenciatura em Direito na Universidade Internacional;
Advogada com a cédula profissional n.º 1171E;
Pós-graduação em Direito da Educação, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Curso Geral do Conservatório Nacional de Música de Lisboa (Piano, Composição, História de Música Acústica e Formação Musical);
Frequência da licenciatura em Administração Educativa;
Professora do quadro de nomeação definitiva na Escola Básica 2/3 José Maria dos Santos;
Profissionalização em exercício (estágio) concluída em 1994, na ESE de Setúbal;
Formadora certificada pelo IIEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional);
Formadora certificada pelo IFEC (Instituto de Formação e Educação para a Cidadania).

Experiência profissional:

Situação actual — desde 1995 — exercício da advocacia em escritório particular e nomeada pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados para patrocínio e defesa no âmbito do apoio judiciário;

De 1997 a 2001 — representante do Ministério da Educação na implementação e acompanhamento do «Projecto de revitalização urbana do Vale da Amoreira» em parceria com a Câmara Municipal da Moita e a Junta de Freguesia do Vale da Amoreira;

De 1995 a 2001 — presidente do conselho administrativo da Escola Básica 2/3 Baixa da Banheira n.º 3;

De 2000 a 2001 — elaborou o projecto da Medida n.º 8 do FEDER e a candidatura à Medida n.º 9 do PRODEP;

De 1999 a 2001 — presidente do conselho executivo da E. B. 2/3 da Baixa da Banheira n.º 3;

De 1998 a 1999 — presidente da comissão executiva instaladora da E. B. 2/3 da Baixa da Banheira n.º 3;

De 1995 a 1998 — nomeada presidente da comissão instaladora (despacho de 25 de Julho de 1995) da E. B. 2/3 da Baixa da Banheira n.º 3, Vale da Amoreira.

Comunicações — Toxicoddependência — Aspectos Legais, comunicação no âmbito do «Dia D», Vale da Amoreira E. B. 2/3 Baixa da Banheira n.º 3, 1997.

Outras aptidões e competências:

Elaboração do plano anual de actividades;
Elaboração do projecto de orçamento anual;
Elaboração das contas de gerência;
Fiscalização e cobrança de receitas;
Autorização da realização de despesas e respectivo pagamento;
Seleção e recrutamento de pessoal docente e não docente;
Estabelecimento de protocolos e celebração de acordos de cooperação, nomeadamente com a Câmara Municipal da Moita, Centro de Saúde da Baixa da Banheira, Câmara Municipal do Barreiro, IIEFP, Junta de Freguesia do Vale da Amoreira, Associação Cabo-Verdiana, entre outros.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 26 184/2007

I — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no despacho n.º 15 881/2005, do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 21 de Julho de 2005, delego e subdelego na directora regional do Centro, inspectora licenciada Cristina Isabel Gatões Baptista, com faculdade de subdelegação, os poderes necessários à prática dos seguintes actos:

- 1) Autorizar deslocações em serviço em território nacional, nos termos previstos na lei, relativamente ao pessoal afecto à respectiva Direcção Regional;
- 2) Autorizar o pedido de gozo de férias até à aprovação do mapa de férias;
- 3) Autorizar a alteração dos períodos de férias constantes dos mapas de férias aprovados;
- 4) Proferir decisão sobre realização de despesas públicas e autorizar as inerentes despesas, fixando em «eur» 2500 o montante a que se

refere a alínea q) do n.º 1 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro.

II — Ratifico todos os actos praticados desde 1 de Julho de 2007 pela directora regional do Centro, inspectora licenciada Cristina Isabel Gatões Baptista, que se enquadrem nos poderes ora delegados.

23 de Outubro de 2007. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 26 185/2007

Considerando a publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 14 de Agosto de 2007, na bolsa de emprego público com o código de oferta n.º OE200708/0145 e no jornal *Correio da Manhã*, de 15 de Agosto de 2007, a pretensão da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça em seleccionar titular para o cargo de director de serviços da Unidade de Compras do Ministério da Justiça, ao qual compete exercer as competências previstas no artigo 7.º da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, que aprova a estrutura nuclear da SGMJ, cuja lei orgânica foi aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril;

Considerando que, nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, findo o procedimento concursal, o júri elabora a proposta de nomeação, com indicação das razões por que a escolha recaiu no candidato proposto;

Considerando que, das candidaturas apresentadas, se verifica que a da licenciada Lídia de Jesus Sousa Alves cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e é aquela que melhor se adequa ao perfil pretendido, uma vez que evidencia relevante experiência em cargos de direcção intermédia de 1.º grau e de coordenação na área da gestão financeira e patrimonial, nomeadamente na área da contratação pública e no projecto de compras públicas, conforme proposta do júri do procedimento, anexo à acta de 21 de Setembro de 2007;

Considerando que, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo;

Considerando por último que, nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o provimento nos cargos de direcção intermédia produz efeitos à data do despacho de nomeação, salvo se outra data for expressamente indicada;

Nomeio, em comissão de serviço e pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, para o cargo de directora de serviços da Unidade de Compras do Ministério da Justiça a licenciada Lídia de Jesus Sousa Alves, especialista superior, escalão 9, do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ficando autorizada a exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º do mesmo diploma legal.

30 de Outubro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Síntese curricular

1 — Identificação:

Nome — Lídia de Jesus Sousa Alves;
Naturalidade — Abambres, Mirandela;
Data de nascimento — 22 de Janeiro de 1955;
Categoria — especialista superior de escalão 9 do quadro de pessoal da Polícia Judiciária.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia, 1983;
Membro da Ordem dos Economistas, com o n.º 1871.

3 — Experiência profissional:

Desde Junho de 2007 — directora de serviços da Unidade de Compras do Ministério da Justiça (UCMJ), em regime de substituição;

Desde Janeiro de 2006 — integrou júris de concursos de aquisição de bens e serviços efectuados pela UCMJ;

De Junho de 2005 a Maio de 2007 — desempenhou funções de assessoria técnica ao Departamento de Administração Financeira e Patrimonial da Polícia Judiciária, nas áreas financeiras e de contratação pública;

De 2000 a 2005 — directora do Departamento de Administração Financeira e Patrimonial da Polícia Judiciária;

De 1999 a 2000 — assessoria técnica à Direcção da Polícia Judiciária;

De 1994 a 1999 — directora de serviços Administrativos e Financeiros do Instituto Português de Cartografia e Cadastro;

De 1992 a 1994 — directora de serviços Administrativos do Instituto Geográfico e Cadastral;

De 1990 a 1992 — assessoria técnica à Direcção da Polícia Judiciária;

De 1984 a 1990 — assessoria técnica, na área financeira, ao director-geral do Instituto Geográfico e Cadastral. Coordenou a instalação de aplicações informáticas na Direcção de Serviços Administrativos do Instituto;

Funcionária pública desde 1973.

3 — Formação profissional:

Trabalho em equipa/Team Building, Significado, 2007;

Preparar a Administração Pública para as compras públicas electrónicas, Leadership — Business Consulting, 2006;

Potenciar o uso da informação na gestão pública — o caso INA, INA, 2004;

Auditoria financeira aos serviços públicos, NPF — Pesquisa e Formação, L.ª, 2003;

Manual de procedimentos — SIC — Analítico, INPCC, 2003;

Sistema da informação contabilística, Direcção-Geral do Orçamento, 2002;

Curso integrado de especialização em Contabilidade Pública POCP, Instituto Superior de Economia e Gestão, 2000;

Auditoria financeira, INA, 1999;

O novo regime das despesas públicas, Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, 1999.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 26 186/2007

Por despacho de 28 de Setembro de 2007 do director-geral dos Serviços Prisionais e na sequência de concurso externo de ingresso para o preenchimento de 80 lugares da categoria de guarda da carreira do Corpo da Guarda Prisional, foi Célia Carina Rodrigues Marcos, agente da Polícia de Segurança Pública, de nomeação definitiva, nomeada, em comissão de serviço extraordinária, guarda instruenda, com efeitos a 1 de Outubro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Outubro de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 26 187/2007

Por despacho de 19 de Outubro de 2007 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária Dr. Manuel da Conceição Ferreira e ao abrigo do disposto no n.º 8 do despacho n.º 11 088/2006, do director nacional da Polícia Judiciária, Dr. Alípio Fernando Tibúrcio Ribeiro, de 2 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de Maio de 2006, foi subdelegada no responsável pela área de transportes, engenheiro José Fernando dos Reis Pedro, competência para autorizar despesas com a aquisição de bens e serviços, até ao montante de € 1500.

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, foram ratificados todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados ou que o venham a ser até à data da publicação do presente despacho.

26 de Outubro de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P.

Despacho (extracto) n.º 26 188/2007

Por meu despacho e ao abrigo e para os efeitos do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para

o exercício de funções de secretariado de apoio ao conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2007, inclusive, a chefe de secção, do quadro de pessoal dos Serviços Centrais do ex-Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, a exercer funções neste Instituto em regime de requisição, *Benedita Romano de Oliveira Feliciano*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Outubro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Castro*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 26 189/2007

Nos termos conjugados do artigo 18.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e do Decreto-Lei n.º 51/2007, de 27 de Abril, que aprova a orgânica do Departamento de Planeamento e Prospectiva e Relações Internacionais, é nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de subdirector-geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, o licenciado em Economia António Natalino de Jesus Alcântara Martins.

O nomeado fica autorizado a exercer as actividades a que se refere a alínea *d*) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, respeitados que sejam os limites legalmente estabelecidos.

A presente designação fundamenta-se na experiência profissional e formação do nomeado e na reconhecida aptidão do mesmo para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, o respectivo currículo, que se publica em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante.

O presente despacho produz efeitos a partir de 22 de Agosto de 2007.

14 de Setembro de 2007. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

ANEXO

Currículo (resumido)

António Natalino de Jesus Alcântara Martins é licenciado em Economia pelo ISEG/UTL (em 1981, com 15 valores), e desde 2002 que trabalha no DPP — Departamento de Prospectiva e Planeamento, onde tem a categoria de assessor principal e exerce funções de chefe de divisão de Economia do Território e das Cidades.

No contexto actual tem desenvolvido trabalhos nas áreas a seguir indicadas, com participação na produção de relatórios e a elaboração de documentos de trabalho e artigos de revista publicados pelo DPP:

Análise dos processos de desenvolvimento e organização espacial da economia;

Planeamento estratégico, nomeadamente pela elaboração de estudos de base para a preparação de programas de desenvolvimento, de políticas urbanas para a inovação e a sustentabilidade das cidades e de políticas para os espaços de baixa densidade; e

Avaliação de impactes económicos territoriais do investimento público.

No contexto do DPP procedeu ainda à organização e execução de acções de formação profissional dos técnicos do Departamento em áreas da sua especialidade, e tem organizado e participado activamente em vários *workshops* e seminários de apresentação de trabalhos.

Anteriormente, colaborou com vários organismos públicos (ex-GEBEI, ex-JNICT, ex-IPSDG e DPP), onde trabalhou nos domínios do *input-output*, do planeamento e da economia regional e urbana com o desenvolvimento de vários estudos. Desempenhou também funções de chefia e de assessoria técnica em vários gabinetes gover-